

Apresentação

No segundo número do volume 14 da revista GeoTextos, a seção Artigos é aberta por texto de autoria de Clarice Cassab, que objetiva “elaborar uma reflexão teórico-filosófica sobre a atual condição juvenil vivenciada, em especial, pelos jovens pobres de nossas cidades”. Para tanto, Cassab parte de pesquisa de campo original sobre os desafios enfrentados por jovens quando vínculos sociais e territoriais são desfeitos com a mudança para um empreendimento do Minha Casa Minha Vida, localizado na cidade de Juiz de Fora-MG. No segundo artigo da mesma seção, George Conceição Pedreira e Cristiano Cassiano de Araújo vão analisar a atuação dos Conselhos Territoriais Quilombolas (CTQ), uma iniciativa da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do estado da Bahia (SEPROMI-BA), à luz da noção de governança territorial, constatando que estes conselhos “se organizam por territórios de identidade, o que inaugura uma perspectiva de territorialização, evidenciando, assim, que esta política pública assenta-se numa perspectiva interdisciplinar ao espacializar a governança e o controle social por meio dos CTQ”. No artigo que se segue, de Christian Dennys Monteiro de Oliveira, Ivna Carolinne Bezerra Machado e Marcos da Silva Rocha, os autores vão formular aporte teórico-metodológico “para se pensar as estruturas geográficas do religioso manifestado espacialmente”, se debruçando sobre a análise e a compreensão de peregrinações, templos, cultos, devoções, santos, sacrifícios, imanências e transcendências. Visam, com isso, ao aprofundamento da reflexão sobre a formulação (e a pertinência) de conceitos e categorias espaciais, assentados em “uma trilogia temporal construída, refletida e discutida em etapas (*Pré-campo*, *Em-campo* e *Pós-campo*)”.

Os três artigos seguintes giram em torno de temáticas, teorias e metodologias relacionadas com a Geografia Histórica. No quarto artigo da seção, Gil Carlos Silveira Porto quer contribuir com os estudos da geografia urbana histórica na Bahia, discutindo a formação “de uma rede de assentamentos densa no setecentos, para além do Recôncavo Baiano”. Relatos de viajantes, documentos estatísticos e mapas históricos, relatórios dos presidentes da província da Bahia, entre outros, se constituíram como fontes documentais para a elucidação dessa rede pretérita, revelando, com a pesquisa desenvolvida, que “a rede de localidades que existiu na Bahia no setecentos, além de atender às demandas da coroa portuguesa, também respondia às demandas da sociedade que ampliava seu processo de fixação nos sertões baianos”. No texto a seguir, Rodrigo Lima Santos e Fabrizia Gioppo Nunes querem revelar os aspectos principais do processo formativo de Imperatriz-MA, partindo da discussão e da análise do processo de ocupação da cidade, sugerindo “que tal processo seja entendido mediante a abordagem das frentes de ocupação, dos estágios evolutivos e da sucessão das atividades econômicas”. Nesse contexto, os autores buscaram identificar “os fatores direcionadores tanto da ocupação do Maranhão como da expansão das atividades econômicas de Imperatriz, em um fluxograma teórico/explicativo”, reunindo “esforços para sistematizar de forma gráfica um processo discutido, nas referências pesquisadas, apenas de forma teórica”. Na sequência, o artigo de Cristiane Aparecida Zambolin Teodoro e Carlo Eugênio Nogueira problematiza a contribuição da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas - CLTEMTA (1907 a 1915) “para os processos de apropriação e domínio territorial desenvolvidos pelo Estado Republicano nas áreas atualmente correspondentes ao Noroeste do Brasil, em Mato Grosso”. Para dar conta de seu objetivo, os autores vão se utilizar de documentos resultantes das Conferências realizadas no ano de 1910, por Cândido Mariano da Silva Rondon, concluindo que “os documentos são reveladores da exploração territorial, desvendando a transformação de uma área vista como fundo territorial no decorrer de sua formação histórica e assumindo a condição de *locus* para um projeto estatal-nacional”.

Nos três últimos artigos da seção, a temática ambiental ganha destaque, começando pelo texto de autoria de Pedro Araújo Pietrafesa,

Elielda Aparecida Carvalho Bueno e Léia Soares Bueno, que vão debater a exploração do amianto e seus impactos no município de Minaçu-GO, sua principal fonte econômica, problematizando os argumentos dos defensores do uso controlado do amianto até a decisão do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, foram levantados dados da arrecadação de impostos com a atividade mineral e sua representatividade na economia do município além de analisados a Ação de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), e alguns dos atos decisórios mais relevantes. Já Yata Anderson Gonzaga Masullo, no oitavo artigo da seção, vai apresentar os resultados de sua pesquisa, “desenvolvida com a finalidade de analisar a incidência espaço-temporal das ocorrências de queimadas no bioma amazônico do Maranhão”, para “propor o desenvolvimento de um modelo preditivo de rápida aplicação com base nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais – INPE”; Masullo vai concluir que a análise preditiva apresenta “tendências substanciais e padrões específicos para organização e otimização de ações preventivas”, mas isto não deve ser relacionado “com a obrigatoriedade de ocorrência do evento, e sim com a prospecção de um cenário climático propício para sua ocorrência”. O artigo seguinte, o último da seção, de Fábio Vitorino Gomes e Jonas Otaviano Praça de Souza, apresenta uma pesquisa sobre a relação entre o uso e o relevo da Bacia do riacho do Tigre, na Paraíba, “dando ênfase em como os compartimentos do relevo interagem com os tipos de uso do solo” e buscando “identificar os níveis de compatibilidade geomórfica através da predisposição litológica interpolada com os elementos topográficos”; como um dos resultados alcançados, os autores elaboraram um “mapa de distribuição espacial de categorias de compatibilidade geral (...) entre intensidades geomórficas e áreas de uso agrícola”, evidenciando aquelas áreas “onde os usos agropastoris são compatíveis, moderadamente compatíveis e incompatíveis, de acordo com a susceptibilidade litológica e conforme os graus de inclinação do terreno”.

Na seção Ensaios, por fim, Eduardo Marandola Jr. vai se debruçar sobre o olhar geográfico, que, segundo ele, se mostra propício para muitas das reflexões necessárias para a Geografia contemporânea e “que ainda estão tímidas entre nós”. Sob sua ótica, isto requer a “articulação de esforços

que reconhecem a situacionalidade do conhecimento, o que confere à Geografia um outro *topos* no pensamento contemporâneo”, visando à “encarnação do olhar” e “criando um duplo deslocamento: da fonte emissora da luz e da própria posição do refletor”.

Boa leitura!

Angelo Serpa
Editor Responsável